

O Ministério Episcopal na Apostolicidade da Igreja
Declaração de Lund, da Federação Luterana Mundial – Uma Comunhão de Igrejas
Lund, Suécia, 26 de março de 2007

I. Introdução

1. Por mais de 40 anos, a Federação Luterana Mundial (FLM) tem sido parceira em diálogos ecumênicos internacionais. Nestes diálogos, os participantes luteranos procuraram dar testemunho dos ensinamentos do evangelho na forma como foram legados pela tradição luterana e, ao mesmo tempo, aprender dos representantes de outras tradições que ensinaram o evangelho em contextos e formas diferentes. O ministério episcopal foi um dos temas em vários desses diálogos, e as igrejas envolvidas exploraram as possibilidades de promover a unidade visível da igreja. O papel do ministério episcopal em relação com a apostolicidade da igreja foi um assunto particular de pesquisa. Foram alcançados acordos importantes, alguns dos quais deram lugar a formas vinculadoras de comunhão.¹

2. Se bem que os acordos ecumênicos alcançados se tenham desenvolvido e sido acolhidos de diferentes maneiras entre as igrejas-membro da FLM, os processos abrangentes dos diversos diálogos teológicos constituem também uma fonte para a vida comum da FLM enquanto comunhão de igrejas. Entre as igrejas luteranas existe uma base confessional comum e, ao mesmo tempo, uma diversidade de tradições no que diz respeito ao ministério episcopal. Esta situação requeria um processo de esclarecimento para o bem da comunhão luterana como tal.² O teor da presente declaração, fruto de exaustivos estudos e deliberações, constitui uma expressão dos pontos comuns que existem entre as igrejas luteranas com relação aos ensinamentos e às práticas na área da *episkopé*.

3. A declaração é desenvolvida no contexto do movimento ecumênico, no qual a FLM tem sido e continua sendo uma participante comprometida. O texto se nutre em escala significativa dos relatórios sobre os diálogos bilaterais e multilaterais, a ponto de usar em grande parte a mesma linguagem. Constitui o resultado de um processo de estudo iniciado na FLM em 2000. Realizaram-se cinco encontros regionais. Em 2002, os integrantes luteranos do diálogo internacional apresentaram o documento “O ministério episcopal na apostolicidade da igreja”, o qual foi enviado, em 2003, a todas as igrejas-membro da FLM, para estudo e reação. A presente nova declaração – formulada a pedido do Conselho da FLM na reunião de Belém/Israel, em 2005 – se baseia na declaração de 2002, mas toma em consideração todos os comentários e propostas recebidos das igrejas-membro. Ela foi discutida amplamente e, depois de aperfeiçoada a redação, foi adotada pelo Conselho em sua reunião em Lund, Suécia, em março de 2007, reunião que incluiu uma Consulta de Líderes Eclesiásticos da FLM e na qual foi celebrado o 60º aniversário da FLM. Para informação mais detalhada sobre as etapas que culminaram com a presente declaração, veja-se o Apêndice.

4. Observações sobre a terminologia: Os termos episcopado e *episkopé* vêm do verbo grego *episkopein*, que significa cuidar de, discernir, exercer supervisão. Nas igrejas luteranas, a *episkopé* (supervisão) em sentido amplo é exercida por pessoas ordenadas ao ministério, por sínodos e instituições colegiadas especialmente designadas. Estes últimos instrumentos geralmente incluem tanto pessoas do ministério ordenado como membros não-ordenados. Como parte desta *episkopé*, as igrejas luteranas conferem tarefas específicas de supervisão a um ministério regional ocupado por bispos e dignitários similares com outros títulos (presidente da igreja, éforo, pastor sinodal, etc.), os quais – pessoal, colegiada e comunalmente – exercem uma forma supra-paroquial de ministério ordenado para fins de

discernimento e liderança espirituais. No presente texto, os termos “ministério episcopal” e “ministério de *episkopé*” são utilizados para designar este ministério ordenado de supervisão pastoral. Contudo, como indicado acima, o serviço de *episkopé* em sentido amplo também é realizado mediante formas de supervisão cooperativas, sinodais, em que participam tanto pessoas leigas como do ministério ordenado, segundo normas e regulamentos estabelecidos.

II. Fundamentos bíblicos e históricos

*O Novo Testamento*³

5. As escrituras canônicas do Novo Testamento refletem uma etapa da história da igreja em que se estabeleceram, coexistiram e interagiram diferentes modelos eclesiais. Alguns escritos do Novo Testamento revelam pouco interesse pelas estruturas e a liderança eclesiais, e aquelas que as abordam mostram diferenças. Em nossos dias, existe um entendimento, aceito ecumenicamente, de que o Novo Testamento não descreve um só modelo de ministério que pudesse servir de padrão para as estruturas posteriores na igreja, e sim que há uma variedade de formas, que refletem o desenvolvimento do ministério em diferentes lugares e épocas.

6. Não obstante, aparecem no Novo Testamento muitos indicadores de que estavam surgindo funções e títulos eclesiais, se bem que ainda não fossem claramente definidos nem aceitos de forma comum. As primeiras comunidades cristãs nunca tiveram falta de pessoas para assumir responsabilidades de liderança. A pluralidade de modelos ministeriais referidos pelo Novo Testamento pode legitimar uma variedade de estruturas na função do ministério. O desafio de considerar estruturas do ministério em permanente diálogo com as Escrituras permanece diante da igreja em todos os tempos.

7. No grego bíblico, *episkopé* é termo usado para se referir à visitação de Deus (Lucas 19.44; 1 Pedro 2.25). Nas poucas vezes em que o sujeito não é divino, e sim humano, também pode fazer referência a uma tarefa eclesial. Em Atos 1.16ss, se diz que a eleição de um novo apóstolo para o lugar de Judas é o cumprimento do Salmo 109.8 (LXX, a Septuaginta), “Tome outro o seu encargo” (*tén episkopén autōu*). Em 1 Timóteo 3.1, *episkopé* se refere a um cargo determinado que alguém pode anelar. O termo *epískopos* aparece cinco vezes no Novo Testamento: em 1 Pedro 2.25 se descreve a Cristo como pastor e bispo das nossas almas; em Filipenses 1.1 se mencionam vários *epískopoi* que vivem em Filipos; a saudação da epístola inclui *epískopoi* e *diákonoi* (mas não *presbíteroi*); Atos 20.28 e Tito 1.5-9 utilizam *presbíteros* e *epískopos* como sinônimos.

8. Mais que outros escritos do Novo Testamento, as cartas pastorais vinculam uma transmissão fiel do ensino com um conferimento metódico dos cargos eclesiais. Contudo, o quadro está longe de ser claro e completo. Hoje em dia, as cartas levantam diversas questões acerca das peculiaridades da estrutura eclesial que defendem e, parcialmente, refletem. Mas de fato denotam que a atividade carismática na igreja estava em processo de ser disciplinada na direção de um exercício ordenado do ministério sob o manto profético.

9. 1 Timóteo e Tito, cartas escritas em nome de Paulo e com mostras da autoridade do apóstolo, representam uma re-aplicação do que elas percebem como o ensino de Paulo para a próxima geração. Denotam preocupação com a proteção do legado apostólico (paulino) numa situação em que se o percebe ameaçado e atacado por especulações desvirtuantes e comportamento subversivo. Manifestam uma crescente preocupação com as formas de transmissão da fé e com a vida e a doutrina fidedigna dos que ocupam cargos, uma vez que a coerência com o ensino dos apóstolos (o de Paulo em particular) é vista como um critério de fidelidade.

10. As cartas pastorais dão testemunho de um rito de ordenação mediante a imposição de mãos. Em 2 Timóteo 1.6, é Paulo quem impõe as mãos, enquanto que na referência em 1 Timóteo 4.14 se supõe que todo um conselho de anciãos impõe as mãos. Segundo 1 Timóteo 4.14, três elementos estão envolvidos: um dom (*chárisma*), uma profecia e o ato de impor as mãos. A maneira como estes elementos se vinculam no marco de um evento ritual não está clara. Mas não resta dúvida de que a imposição de mãos funciona como uma iniciação para uma posição de liderança marcada pelo Espírito. Nas cartas pastorais, a menção de carisma aparece somente em relação com a ordenação. O dom qualificador do Espírito é o carisma do ministério. A menção do rito aparece num contexto exortativo no qual Timóteo é lembrado das suas obrigações. Portanto, cabe supor que a autoridade real e efetiva dos obreiros permanece baseada na e dependente da verdade da doutrina que lhes cabe defender.

11. Também em Atos, consta como provado que existe um vínculo entre a imposição de mãos e o dom do Espírito. Contudo, se trata de um ato associado ao batismo ou consecutivo a este. E quando, em Atos 6, os Sete são escolhidos e instalados para exercer um ministério de serviço, um dos requisitos é que já estejam “cheios do Espírito”. A imposição de mãos, que segue a sua seleção, não confere um carisma específico, mas é um ato de afirmação da sua eleição e os autoriza para exercer um cargo específico. Não obstante, a função do rito de imposição de mãos em Hebreus 6.6 e 13.3 já se aproxima mais ao que aparece nas cartas pastorais como um sinal piedoso de eleição e instalação para uma tarefa ou um cargo concreto.

A Igreja Primitiva

12. Na história da Igreja Primitiva, Inácio, Irineu e Cipriano representam os três modelos ou imagens principais do cargo de bispo no período pré-niceno. Segundo *Inácio de Antioquia* (ca. 35 – ca. 107), o bispo é primordialmente aquele que preside a eucaristia. A igreja, segundo ele, é essencialmente eucarística por natureza: existe uma relação orgânica entre o Corpo de Cristo, entendido como comunidade, e o Corpo de Cristo, entendido como sacramento. O tema da unidade e da relação interdependente entre **um** bispo, o corpo eucarístico uno e a igreja una é comum nos seus escritos. Nisso, importa ter presente que Inácio escreveu numa época em que habitualmente havia um só bispo e uma só assembléia eucarística numa cidade.

13. *Irineu de Lyon* (ca. 130 – ca. 200) fez eco ao ensino eucarístico de Inácio; no entanto, pôs maior ênfase do que este no papel do bispo como mestre da fé. O contexto é o conflito com o gnosticismo. Segundo Irineu, o bispo é sobretudo a pessoa que preserva a continuidade do ensino apostólico em sucessão aos apóstolos. A unidade e a continuidade da tradição apostólica na igreja são preservadas mediante a proclamação fiel do evangelho que o bispo faz em cada igreja local.

14. Segundo *Cipriano de Cartago* (+ 258), existe uma clara ênfase no ministério do bispo como o elo de unidade entre as igrejas locais dentro da igreja universal. Aqui, o aspecto colegiado da função do bispo ocupa destaque. Entende-se que os bispos fazem parte de uma rede mundial. Eles reúnem-se em conselhos e, guiados pelo Espírito Santo, chegam a um entendimento comum; assim, são conjuntamente responsáveis por manter o ensino e a unidade das igrejas.

15. Estas três perspectivas da Igreja Primitiva – segundo as quais os bispos eram vistos como que representando (a) os vínculos de unidade entre as igrejas locais mediante a manutenção da comunhão eucarística; (b) a continuidade do ensino apostólico, e (c) a supervisão cooperativa das igrejas – continuaram sendo importantes em toda a Idade Média, em meio a complexidades históricas, e também foram importantes para os reformadores.

16. Desde o princípio do século IV, o *epískopos* chegou a supervisionar não só uma congregação eucarística, e sim um grupo de comunidades encabeçadas por presbíteros (ainda que as regiões de supervisão costumavam ser pequenas em comparação com padrões modernos). A “igreja local”, então, chegou a ser identificada com a comunidade mais ampla de congregações encabeçada pelo *epískopos*, e não com uma só congregação eucarística.

17. A história da Igreja Primitiva mostra a necessidade de que haja uma continuidade pessoal no exercício da responsabilidade no tocante à proclamação, aos sacramentos e à disciplina da igreja. Desta forma, os bispos serviam à unidade da igreja. Ao mesmo tempo, o seu ministério não oferecia, nem oferece, nenhuma garantia para a continuidade da igreja em unidade e verdade.

A Reforma

18. Durante a Reforma, os cristãos evangélicos afirmaram na Confissão de Augsburgo (adiante: CA) que, para despertar e sustentar a fé, Deus instituiu o cargo do ministério mediante o qual é proclamada a palavra de Deus e são celebrados os sacramentos (CA 14 e 28). A autoridade de exercer o ministério depende em última instância de Deus, que instituiu essa função para que toda a igreja pudesse receber a palavra de Cristo.

19. Martim Lutero dizia que todos os crentes cristãos compartilham de um sacerdócio espiritual comum em Cristo, o Sumo Sacerdote. Com base em 1 Pedro e Apocalipse 1, todos os cristãos são sacerdotes (*hieroi*) somente pela fé e pelo renascer espiritual outorgado pelo batismo e vivenciado no testemunho, na intercessão e no serviço. A graça e a salvação divinas tornam todos os cristãos iguais diante de Deus e impedem a sua divisão em segmentos ou classes diferentes. O cargo do ministério público, pelas suas origens e sua autoridade na palavra de Deus, serve a todo o povo de Deus.

20. Por meio da ordenação, o pastor é chamado a pregar, batizar e administrar a eucaristia de acordo com o mandato e a promessa de Cristo a esse respeito. Na parte central da liturgia de ordenação, ora-se pelo dom do Espírito Santo, expressando a dependência do pastor da contínua assistência de Deus em todas as tarefas ministeriais. Apelando à ordem de Cristo e confiando na sua promessa, o pastor fala e age em nome de Cristo. Os dons divinos são válidos independentemente da indignidade dos obreiros (cf. CA 8). Tal como se declara na Apologia da Confissão de Augsburgo, “quando (os ministros) oferecem a palavra de Cristo e os sacramentos, no-los oferecem como substitutos de Cristo e em seu lugar. É o que nos ensina aquela palavra de Cristo, para que não nos ofendamos com a indignidade dos ministros.”⁴

21. Segundo a prática da Reforma, a oração e a imposição de mãos eram elementos constitutivos da ordenação. Deus Espírito Santo ordena e reivindica a pessoa inteira para o serviço no ministério da palavra e do sacramento. Confiando em que estas orações são ouvidas, o comissionamento normalmente é realizado com as palavras de 1 Pedro 5.1b-4. A teologia ministerial da Reforma se resume muito bem nesta fórmula de ordenação de Wittenberg: “O ministério da igreja é muito importante e necessário para todas as igrejas, e é outorgado e preservado somente por Deus”.⁵

22. Na opinião dos reformadores, o ministério da proclamação do evangelho em palavra e sacramento constitui uma só função. Lutero relaciona o ofício uno fundamentalmente com a comunidade local que se reúne num lugar concreto para o culto divino. Com este entendimento, a posição de Lutero está muito próxima àquela dos Pais da Igreja, para os quais a comunidade eucarística era o foco central para a reflexão sobre a igreja. Tanto para os Pais da Igreja como para os reformadores luteranos, a igreja universal se faz presente no culto comunitário. Enquanto a palavra e os sacramentos sempre são dados localmente, eles são ao

mesmo tempo marcas da igreja universal una: “Ensina-se também que sempre haverá e permanecerá uma única santa igreja cristã, que é a congregação de todos os crentes, entre os quais o evangelho é pregado puramente e os santos sacramentos são administrados de acordo com o evangelho.” (CA 70)

23. Os reformadores reconheciam o valor de um ministério episcopal cuja tarefa consistia em ordenar e supervisionar, e fizeram um grande esforço para manter a tradicional organização política episcopal, desde que os ocupantes do cargo permitissem a pregação do evangelho (CA 28, Apologia 14).⁶ No entanto, no século XVI, os bispos diocesanos no Sacro Império Romano, em geral, não se dispunham a ordenar aos que haviam aderido à Reforma. Nesses casos, os reformadores ensinaram que os pastores tinham legitimidade para officiar uma ordenação. Alguns reformadores consideravam admissível que em situações de emergência, em épocas quando não se dispunha de bispos e pastores por anos a fio, as próprias comunidades poderiam ordenar pastores mediante oração e imposição de mãos.

24. Outros fatores históricos também tiveram influência durante a Reforma luterana no que concerne ao ministério episcopal. Os bispos do Sacro Império Romano eram ao mesmo tempo príncipes seculares e como tais ocupavam cargos de destaque em instituições públicas e políticas. Com frequência, eles usavam de forma questionável tanto o seu poder secular em assuntos eclesiais como o poder eclesial em assuntos seculares, e os seus deveres de apropriada liderança espiritual eram facilmente negligenciados. Os reformadores criticaram duramente essa situação e acentuaram que o dever primordial dos bispos era o de cuidar para que o povo aprendesse lições do evangelho e do amor de Cristo (CA 28).

25. Como foi documentado por pesquisa histórica, a “sucessão apostólica”, entendida como sucessão de consagrações episcopais como sendo essenciais para o ministério episcopal, não foi um conceito levantado na Idade Média nem questão para debates na Reforma até 1540. Ainda assim, Lutero falou abertamente da necessidade de uma sucessão de obreiros da igreja: “Agora sim, se os apóstolos, evangelistas e profetas já não vivem, outros tiveram que tomar o seu lugar e o tomarão até o fim do mundo, porque a igreja há de durar até o fim do mundo e, por isso, apóstolos, evangelistas e profetas devem permanecer, sim, não importa como sejam chamados, para promover a palavra e a obra de Deus”.⁷

26. O evangelho proclamado nas comunidades é voz viva (*viva vox evangelii*). Porém, a prédica correta do evangelho em todos os lugares não pode ser pressuposta como garantida, porque sempre pode acontecer falso ensino, e de fato acontece. Por isso, visitas com fins de supervisão foram rapidamente introduzidas nas áreas que aderiram à Reforma. Os reformadores reconheceram e acentuaram claramente a necessidade do ministério da *episkopé* (ou de superintendentes). A Confissão de Augsburgo exorta para a obediência aos bispos como por direito divino, *de iure divino* (CA 28)⁸, mas também autoriza as comunidades a negarem obediência aos bispos que não ensinam em conformidade com o evangelho. Este fato pressupõe que as comunidades que vivem na palavra de Deus têm a capacidade de identificar a voz do Bom Pastor (João 10.27) e de distinguir a doutrina verdadeira da falsa⁹.

III. A missão e a apostolicidade da igreja

27. Da mesma forma como a igreja participa em Cristo e recebe as bênçãos da sua justiça, assim ela também participa na missão de Cristo, que é enviado pelo Pai no Espírito Santo. Cristo envia os seus discípulos, assim como ele é enviado (João 20.21). “De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus” (2 Coríntios 5.20). A igreja é chamada para o serviço de proclamar a reconciliação com Deus e a pôr em prática o amor curador de Deus num mundo ferido por perseguição, opressão e injustiça, tornando manifesto o mistério do amor de Deus, a presença de Deus e o reino de Deus. O ministério da *episkopé*, com a sua

responsabilidade especial de cuidar da unidade e do crescimento da igreja, deveria inserir-se no contexto da missão da igreja como da totalidade do povo de Deus.

28. Jesus mandou a Maria Madalena “vai e dize-lhes” que tens visto o Senhor ressuscitado (Mateus 28.10; Lucas 24.10; João 20.17b)¹⁰. Depois que ela e as outras mulheres contaram a boa nova, e depois que Jesus havia aparecido aos discípulos, estes foram enviados a “fazer discípulos de todas as nações”. O Cristo ressurreto promete estar com eles na missão “até à consumação do século” (Mateus 28.20). A missão para a qual os apóstolos foram chamados continua sendo a missão de toda a igreja através da história. Uma vez que esta missão modela a igreja, é correto chamar a igreja de apostólica.

29. A transmissão (*traditio*) desta missão, na qual o Espírito Santo torna Cristo presente como a Palavra de Deus, é o significado primordial da tradição apostólica. Tradição apostólica na igreja significa continuidade nas características permanentes da igreja dos apóstolos: o testemunho da fé apostólica, a proclamação do evangelho e a interpretação fidedigna das Escrituras; a celebração do batismo e da eucaristia; o exercício e a transmissão das responsabilidades ministeriais; a comunhão na oração, no amor, na alegria e no sofrimento; a diaconia aos enfermos e necessitados; a unidade entre as igrejas locais e o compartilhar dos dons que o Senhor tem dado a cada qual. Continuidade nesta tradição é sucessão apostólica.

30. No batismo, cada cristão é chamado e empoderado para participar nesta missão. O Deus Espírito Santo derrama os seus dons sobre toda a igreja (Efésios 4.11-13; 1 Coríntios 12.4-11) e levanta homens e mulheres que contribuem para o fortalecimento da comunidade. Assim, toda a igreja e cada membro participam na comunicação do evangelho mediante a palavra e a vida e, assim, participam da sucessão apostólica da igreja.

31. Para os luteranos, a doutrina apostólica se expressa fundamentalmente nas Escrituras enquanto “norma normativa” (*norma normans*) da fé e nos credos ecumênicos históricos; assim como nos escritos confessionais luteranos enquanto *norma normata*. Desdobra-se continuamente nas tradições de adoração litúrgica, na arte e na arquitetura, na música e na literatura espiritual. O Espírito Santo pode usar uma diversidade de meios para chamar e conservar a igreja na tradição apostólica que constitui a sua identidade. Neste sentido, a igreja, no seu conjunto, é uma comunidade de tradição viva que se configura e se expressa de muitas formas diferentes. Enquanto dom de Deus em Cristo pelo Espírito Santo, a apostolicidade é uma realidade multifacetada que se expressa na doutrina, na missão e no ministério da igreja. Deus chama a igreja para a fidelidade, e este chamado se baseia na fidelidade do próprio Deus que busca preservar a igreja na verdade e no amor divinos, apesar do quebranto, da ambigüidade e da infidelidade da igreja.

32. Como igrejas de Jesus Cristo, as igrejas luteranas reivindicam essa identidade apostólica. Os reformadores luteranos viram que o caráter apostólico e a prática pastoral da igreja ocidental estavam em perigo. A Reforma objetivava renovar a igreja católica na sua verdadeira continuidade com a missão evangélica dos apóstolos.

33. Por vezes, a sucessão apostólica da igreja tem sido identificada somente com determinadas formas isoladas de continuidade. Deste modo, a “sucessão apostólica” às vezes ficou reduzida a formas específicas de continuidade no ministério episcopal, tal como uma cadeia ininterrupta de imposição de mãos. Nos tempos da Reforma, as igrejas luteranas destacaram formas diferentes de continuidade, tais como a continuidade do povo de Deus na fé do evangelho, a continuidade do ministério ordenado e a continuidade do lugar. Todas as igrejas luteranas se entendiam a si mesmas como guardiãs do único ministério apostólico instituído por Deus.

34. Recentes debates ecumênicos foram mais além dos limitados pontos de vista acerca da sucessão apostólica passando para uma compreensão mais abrangente do caráter apostólico de toda a igreja ao prosseguir no Espírito promovendo a missão apostólica. Esta compreensão aprofundada enriqueceu a teologia e a prática de várias igrejas e abriu novas possibilidades ecumênicas, pois as igrejas conseguem melhor reconhecer mutuamente o seu caráter apostólico. Os luteranos só podem dar graças por este enriquecimento e procurar por sua vez ser mais fiéis à plenitude da tradição apostólica.

IV. O ministério ordenado a serviço da missão apostólica da igreja

A apolosticidade da igreja e o ministério ordenado

35. Dentro do marco mais amplo da continuidade apostólica de toda a igreja há uma continuidade ou sucessão do ministério ordenado. Esta sucessão está a serviço da continuidade da igreja em termos de vida em Cristo e de fidelidade ao evangelho transmitido pelos apóstolos. O ministério ordenado, o ofício da palavra e do sacramento, tem responsabilidade específica de dar testemunho da tradição apostólica e de proclamá-la com autoridade de novo em cada geração.

36. Por meio do batismo, as pessoas são iniciadas no sacerdócio de Cristo e, assim, na missão de toda a igreja. Todas as pessoas batizadas são chamadas a participar da responsabilidade pelo culto (*leitourgia*), pelo testemunho (*martyria*) e pelo serviço (*diakonia*) e de compartilhar esses ministérios entre si. No entanto, o batismo como tal não confere um cargo de ministério ordenado na igreja. “O que é propriedade comum de todos ninguém pode arrogar-se para si, a não ser que seja chamado”¹¹ (Martim Lutero, WA 6,566). Os servos ordenados da igreja realizam uma tarefa específica na missão e no ministério de todo o povo de Deus.

37. O ministério público ordenado de palavra e sacramento é parte dos dons que Deus outorga à igreja e é essencial para que a igreja cumpra a sua missão. A ordenação confere o mandato e a autorização para proclamar a palavra de Deus publicamente e para administrar os santos sacramentos. Este ministério especial, conferido pela ordenação, é necessário, como um serviço de palavra e sacramento, para que a igreja seja o que Deus a tem chamado a ser. Uma vez que este ministério é dom de Deus, não é propriedade pessoal de nenhum obreiro em particular. As igrejas luteranas, como outras igrejas, ordenam obreiros para a vida, mas o exercício efetivo do ministério ordenado está sujeito à disciplina, às leis e aos regulamentos da igreja.

38. O ministério ordenado é um elemento permanente da igreja. Para o bem da confiabilidade da igreja no mundo, o ministério sempre precisa ser claramente indentificável e o seu serviço deve ser exercido segundo as exigências missionárias da época e das circunstâncias. A fim de complementar o serviço do ministério ordenado, as igrejas às vezes abençoam ou comissionam cristãos leigos para executar tarefas específicas, que também podem ser parte do ofício ministerial. Serviços desta categoria constituem aspectos particulares do ministério de toda a igreja.

39. A ordenação de diáconos é uma questão aberta na comunhão luterana global. Também há diferenças de opinião quanto à maneira como os ministérios de diáconos, pastores e ministros de *episkopé* podem relacionar-se uns com os outros enquanto pertencentes ao ministério ordenado único da igreja. Algumas igrejas luteranas avançaram muito reconhecendo um ministério triplo, enquanto outras não consideram esse modelo apropriado para si mesmas. Geralmente, a tradição luterana não entende o ministério diaconal como um mero estágio no caminho para a ordenação pastoral, e sim como um serviço bem definido que, em muitos casos, dura a vida toda. Pode ser um ministério leigo ou, como é o caso em algumas igrejas luteranas, ser parte integrante do ministério ordenado¹².

Ministério ordenado de homens e mulheres

40. Infelizmente, na história da igreja, o papel das mulheres tem sido ofuscado em grande escala. Citemos o exemplo de Júnias, a quem Paulo chama de apóstola (Romanos 16). Em alguns casos, até foi esquecido mencionar os nomes delas, como é o caso da samaritana junto ao poço (João 4) e das quatro filhas de Felipe que profetizavam (Atos 21). Durante séculos, as igrejas luteranas, como outras igrejas, restringiram a ordenação aos homens. Hoje, a grande maioria de luteranos pertence a igrejas que ordenam homens e mulheres. Essa prática revela uma nova compreensão do testemunho bíblico. A ordenação de mulheres expressa a convicção de que a missão da igreja requer os dons de homens e mulheres no ministério público de palavra e sacramento, e que limitar o ministério ordenado só aos homens obscurece a natureza da igreja como lugar da reconciliação e unidade em Cristo mediante o batismo, a despeito de divisões em termos de identidade étnica, de condição social e de gênero (Gálatas 3.27-28).

41. A Federação Luterana Mundial está comprometida com a ordenação de mulheres. A Oitava Assembléia da FLM declarou: “Agradecemos a Deus pelo grande dom enriquecedor outorgado à igreja e que muitas de nossas igrejas-membro têm descoberto na ordenação de mulheres para a função pastoral. Rogamos que todos os membros da FLM – assim como membros de toda a família ecumênica – cheguem a reconhecer e acolher com braços abertos este dom que Deus faz das mulheres no ministério ordenado e em outras responsabilidades de importância no seio da igreja de Cristo.”

42. Atualmente, em muitas igrejas da FLM e na maioria das igrejas luteranas maiores, as mulheres não apenas são ordenadas pastoras, mas também podem ser eleitas para o ministério episcopal. Isto é coerente com a ênfase luterana no ofício do ministério ordenado único.

A episkopé tal como exercida no ministério episcopal

43. A comunhão de igrejas locais requer supervisão com vistas a assegurar a fidelidade da igreja. Trata-se de um ministério regional que supervisiona paróquias ou comunidades e serve ao objetivo de cuidar da vida da igreja como um todo. O seu fiel cumprimento à luz do evangelho reveste-se de fundamental importância para a vida da igreja. De modo geral, as igrejas luteranas contam com um ministério de *episkopé* regional como parte do ministério uno de palavra e sacramento, inclusive quando este ministério está estruturado de formas distintas e é exercido por pessoas com títulos distintos.

44. A presença e o exercício de um ministério especial de supervisão é coerente com o caráter confessional das igrejas luteranas. A Confissão de Augsburg destaca a função dos bispos na igreja (CA 28). Ela parte do pressuposto que, apesar dos abusos do poder secular cometidos pelos bispos na Idade Média tardia, pelo que os reformadores buscaram uma mudança radical, a proclamação do evangelho é promovida, e não prejudicada, pela função de supervisão na igreja corretamente exercida.

45. Como luteranos entendemos que o ministério episcopal é uma forma distintiva do ministério pastoral único, do *ministerium ecclesiasticum*, e não uma função à parte. Bispos (e obreiros de *episkopé* com outros títulos) são também ministros pastorais de palavra e sacramento. É neste sentido que a CA 28 declara que “de acordo com o evangelho, o poder das chaves ou dos bispos é o poder e ordem de Deus de pregar o evangelho, remitir e reter pecados e administrar e distribuir os sacramentos. Pois Cristo enviou os apóstolos com esta ordem João 20[21-23]: ‘Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio. Recebei o Espírito Santo.[...]’” O ministério episcopal é ministério pastoral com o mandato de ser exercido em nível regional, supra-comunitário.

46. No entanto, como o ministério episcopal tem responsabilidade por áreas geográficas da igreja mais amplas do que aquelas dos pastores de cada paróquia ou comunidade, são dadas ao ministério episcopal certas tarefas específicas, chamadas de *propria*, não compartilhadas por pastores no nível local. As pessoas que exercem o ministério episcopal lideram a igreja na sua missão e lhe dão uma voz responsável na esfera pública¹³. São chamadas a orientar a vida comum das comunidades na região a seu cargo, especialmente pela visitação, e a apoiar a sua vida em comum. A estas pessoas é conferida a autoridade e a responsabilidade de ordenar. Elas supervisionam a doutrina e as práticas espirituais da igreja, em particular as exercidas pelas pessoas ordenadas. Em todas estas tarefas episcopais, elas têm responsabilidade particular em velar pela fidelidade apostólica e pela unidade da igreja maior.

47. Como um serviço do ministério ordenado, autorizado e desempenhado no nível regional da igreja, o ministério episcopal é exercido de forma pessoal, colegiada e comunal. Como um ministério de palavra e sacramento, o ministério da *episkopé* nunca é tarefa meramente administrativa ou institucional, mas sempre é executado *pessoalmente*, com base numa autorização, num compromisso e numa responsabilidade pessoais. Situa-se simultaneamente no seio da comunidade e oposto a ela, em função da continuidade na fé apostólica.

48. O caráter pessoal do ministério ordenado não pode ser separado do seu aspecto colegiado. O ministério episcopal precisa ser exercido de forma colegiada, junto com os obreiros ordenados das comunidades e junto com os outros obreiros de supervisão na igreja. Os ministros episcopais também são chamados a manter boas relações colegiadas com colegas na *episkopé* de outras igrejas, sobretudo na mesma região do mundo, contribuindo assim para fortalecer a unidade da igreja de Cristo.

49. O ministério episcopal também é exercido *comunalmente*, numa relação integrada com os diferentes grêmios da igreja e seus órgãos de liderança representativa em todos os níveis, promovendo a participação comunal no discernimento do evangelho e a dedicação comum à vida cristã em obediência à vontade de Deus. Os ministros episcopais são chamados a exercer o seu papel especial de supervisão pastoral em interação e cooperação com a comunidade cristã mais ampla, o que por sua vez repercute construtivamente sobre a forma como é cumprido o próprio ministério episcopal.

Ministério episcopal e estruturas sinodais de governança eclesial

50. Os bispos são incumbidos de um papel especial de supervisão na igreja; mas a comunidade mais ampla também é chamada a participar na supervisão e a julgar a maneira como o ministério episcopal está sendo cumprido. A criação de diversos comitês, sínodos e instituições que compartilham tarefas de governo com o bispo é coerente com o entendimento luterano da igreja. Atualmente, nas igrejas luteranas, a governança eclesial é amplamente exercida através de estruturas sinodais e colegiadas, que incluem a participação tanto de pessoas leigas como também do ministério ordenado e nas quais o ministério episcopal tem um papel claramente definido.

51. No seio da igreja não existe uma distinção absoluta entre as pessoas que dirigem e as que são dirigidas, entre as que ensinam e as que aprendem, nem entre as que decidem e as que são objeto de decisão. Todas as pessoas-membro da igreja, leigas e ordenadas, que exercem diferentes ministérios, estão debaixo da palavra de Deus; todas são pecadoras falíveis, mas todas estão batizadas e ungidas pelo Espírito. A responsabilidade mútua é o vínculo entre as que exercem o ministério ordenado e os demais fiéis batizados. O ministério episcopal é exercido em meio à comunhão de *carismas* e em total interação dos ministérios na igreja.

52. Conforme a compreensão luterana, a igreja desempenha a responsabilidade pela sua doutrina e pelas suas práticas por meio de deliberações abertas e críticas e por processos eclesiais transparentes. Estes processos que, em muitos casos, podem estar carregados de tensão, envolvem pessoas e órgãos da igreja com diferentes responsabilidades a fim de lograr consensos e atuação consensuada. Junto com docentes de teologia, pastores de comunidades, pessoas incumbidas de um ministério de educação e pessoas leigas comprometidas, obreiros episcopais são especialmente chamadas a julgar a doutrina na vida da igreja e a rechaçar todo ensinamento contrário ao evangelho. A responsabilidade dos órgãos de governança eclesiástica (conselhos paroquiais, sínodos e assembleias) também consiste em tomar decisões formais para assegurar que a vida institucional e prática da igreja esteja em boa sintonia com a mensagem do evangelho e dê testemunho da boa nova.

V. O ministério episcopal e a unidade da igreja

A unidade como atributo essencial da igreja

53. A unidade dos crentes consiste na sua participação pela fé na comunhão de amor entre o Pai e o Filho na unidade do Espírito. Esta é uma dádiva que os batizados recebem em Cristo e que, por isso, deve ser recebida na fé. O núcleo da fé, segundo a tradição luterana, consiste na convicção de que Cristo está realmente presente na comunidade cristã por palavra e sacramento. Dado que Cristo não pode ser dividido, a unidade com Deus em Cristo possível por meio da graça, é a força fundamental da unidade cristã. Esta unidade dos fiéis com Deus é uma unidade íntima, que consiste em sua participação na profunda comunhão de amor entre o Pai e o Filho (João 17.20-23), compartilhada no Espírito Santo. A unidade cristã não deveria ser vista somente como uma meta do esforço humano; ela é, antes de tudo, uma dádiva divina que deve ser recebida alegremente, com fé e compromisso.

54. Para os luteranos, a igreja é una na proclamação comum do evangelho e na celebração dos sacramentos (CA 7). Cada comunidade que celebra em torno da palavra e do sacramento é igreja no seu significado teológico e sacramental. Todas essas comunidades estão indissolúvelmente vinculadas umas com as outras, transcendendo fronteiras humanas de nacionalidade, etnicidade, gênero e cultura, apesar de quanto possam contradizer essa vinculação na sua vida diária. A comunhão que buscamos no espírito ecumênico se torna visível em formas de proclamação compartilhadas, que incluem a participação em um só batismo e uma só eucaristia e que são sustentadas por um ministério mutuamente conciliador. Esta comunhão nos meios da graça testemunha o poder curador e unificador do Trino Deus em meio às divisões da humanidade e representa a comunhão global da igreja universal.

55. Todos os obreiros ordenados estão comissionados a servir a unidade e a catolicidade da igreja. Pastores paroquiais exercem este ministério de unidade no seio das comunidades locais e entre elas. Obreiros episcopais estão especialmente chamados a servir a unidade da igreja e a sua tradição viva em formas que sejam claramente reconhecíveis e responsáveis. Importa que o seu ministério promova e manifeste a unidade espiritual entre as comunidades celebrantes e destas com a igreja universal. Para tal efeito, os ministros episcopais presidem a ordenação das pessoas chamadas a exercer um cargo ministerial. Em geral, outras pessoas leigas e do ministério ordenado participam como assistentes do ato de ordenação. Teologicamente falando, a ordenação acontece para dentro do ministério público da igreja una, e não simplesmente para o ministério ordenado de uma igreja em particular ou denominação nacionais. O obreiro que preside a ordenação atua em nome de todo o povo de Deus, servindo assim e representando a unidade do ministério ordenado da igreja.

O ministério episcopal, a sucessão e os elementos constitutivos da igreja

56. A continuidade do ministério episcopal é importante para a missão apostólica da igreja. Servir a continuidade da missão apostólica constitui o objetivo e o significado primordiais da “sucessão episcopal”. Essa sucessão é testemunhada pelo passar-adiante da fiel supervisão da missão apostólica, manifestando a confiança da igreja em que Deus a conservará em fidelidade. A imposição de mãos é uma oração pelo exercício do ministério que é conferido, e a igreja confia em que Deus tem respondido a essa oração ao longo dos séculos e continuará fazendo-o no futuro. A continuidade no ministério episcopal deve dar testemunho da fidelidade da igreja para com a sua missão apostólica, mas não constitui garantia da mesma. Também quando um ministério episcopal denota infidelidade, o que pode acontecer e tem acontecido, a fidelidade de Deus sustenta a igreja na verdade.

57. A continuidade com Cristo e os apóstolos na missão da igreja ao longo do tempo e do espaço (diacrônica e sincronicamente) é o propósito fundamental no que se costuma designar de “sucessão apostólica” da igreja. Esta noção em geral também designa a continuidade no ministério ordenado mediante a sucessiva participação em instalações (consagrações) de ministros da *episkopé* pelos seus pares. Historicamente, não se pode provar que a expressão da continuidade tenha se constituído numa cadeia ininterrupta que remonta até Cristo e os apóstolos. A realidade da sucessão apostólica na igreja de Cristo não se limita a uma sucessão no ministério episcopal. Não obstante, o fato de que instalações (consagrações) de ministros episcopais acontecem com a participação de outros tais ministros da mesma região e de outras regiões do mundo é uma das formas pelas quais as igrejas expressam o compromisso de fé com a unidade, com a catolicidade e com a apostolicidade da igreja de Cristo na história.

58. A falta dessa sucessão episcopal não quer dizer obrigatoriamente que tenha havido uma perda da continuidade na fé apostólica. A possibilidade de reconhecer que as igrejas podem ser apostólicas também quando não preservaram o signo da sucessão episcopal tem um grande significado ecumênico, uma vez que o reconhecimento mútuo de obreiros que exercem a *episkopé* em escala supra-paroquial é vital para a convergência ecumênica entre igrejas. Assim, também uma igreja que não preservou o signo da sucessão histórica está livre para estabelecer uma relação de participação mútua na instalação (consagração) episcopal com outra igreja que a tenha conservado e, deste modo, adotá-la para si mesma, com isso não descartando a sua continuidade apostólica no passado. O fato de as igrejas luteranas estarem dispostas a reconhecer o valor do signo da apostolicidade na sucessão histórica de ministros episcopais e de adotar este signo, sem exigir a sua obrigatoriedade, é uma contribuição ao movimento ecumênico.

59. Na tradição luterana, a instalação (consagração) de ministros episcopais inclui a imposição de mãos e a oração pelo dom do Espírito Santo. Habitualmente, participam neste ato pelo menos três ministros episcopais. Em várias igrejas luteranas, também podem participar pastores e leigos na imposição de mãos. A participação de ministros episcopais de igrejas não-luteranas é sinal da unidade e da apostolicidade da igreja universal compartilhadas. Na instalação (consagração) de ministros episcopais, o signo da sucessão apostólica se expressa mediante a participação de outros ministros episcopais (luteranos ou não) que têm recebido este signo.

VI. Olhando para o futuro

60. Em termos ecumênicos, a reconciliação dos ministérios da palavra e do sacramento é uma questão central para as igrejas do mundo, porque assim elas crescem na mútua compreensão teológica e no compartilhar da vida e do serviço. O reconhecimento mútuo de obreiros da *episkopé*, com títulos distintos, tem significado singular na busca da unidade visível da igreja,

enquanto ela se empenha por alcançar essa plenitude que continua sendo dom de Deus e anseio do povo de Deus (Efésios 1.17-23).

61. À medida que as igrejas luteranas continuam desenvolvendo a sua teologia do ministério diante dos múltiplos desafios que se colocam nos respectivos contextos, é preciso que haja boa comunicação, tanto entre elas mesmas como em escala ecumênica, acerca de questões relativas ao ministério ordenado e o seu papel na igreja. Neste aspecto, a compreensão e a configuração do ministério episcopal é um tema importante. Entre as questões dignas de consideração comum figuram as ordens litúrgicas para instalação (consagração) de ministros episcopais e a forma como este ministério é especificado e conduzido, por exemplo, em relação com o *ministerium ecclesiasticum*. Também é necessário que as igrejas luteranas desenvolvam uma concepção comum mais ampla sobre a maneira como o ministério episcopal destaca as dimensões diaconais da tradição apostólica e também como as dimensões pessoal, colegiada e comunal da *episkopé* adquirem forma na prática. A consciência ecumênica deveria estar sempre presente quando as igrejas se preocupam com estas questões.

62. Em várias igrejas estão se levantando diversas questões relativas ao exercício do ministério episcopal. Na visitação às comunidades, os ministros episcopais exercem a sua função de mestres da fé da igreja e guias para a vida das comunidades no amplo sentido. No cumprimento das suas funções, as pessoas que exercem o ministério episcopal são chamadas a estarem disponíveis para as pessoas ordenadas como *pastor pastorum* (pastor de pastores). Ao estabelecerem prioridades nestas áreas, os ministros episcopais desenvolverão formas de liderança que sejam verdadeiramente compartilhadas, facilitando estilos de ministério de caráter colaborativo. A inter-relação entre a supervisão espiritual da igreja e as tarefas seculares de governança e administração continuam sendo um desafio para todas as igrejas. A tradição luterana dos dois “reinos” de Deus é fonte de reflexão teológica sobre este problema. Outra questão importante consiste em saber se as tarefas administrativas relacionadas com os sistemas eclesiásticos têm chegado a consumir tanto tempo que resta pouca possibilidade para o discernimento teológico com vistas à pregação e ao testemunho.

63. Em termos ecumênicos, a vida e a fé pessoais dos obreiros que são chamados a exercer o ministério episcopal também merecem atenção. Os obreiros episcopais são chamados a demonstrar humildade e simplicidade de vida. O perfil do seu ministério não tem característica de dominação, e sim de serviço, denotando consciência alerta para com as pessoas à margem da sociedade. Dos obreiros episcopais se espera que demonstrem firmeza na vida litúrgica da igreja, que celebrem, periodicamente, cultos de palavra e sacramento e que dêem apoio a processos de renovação da vida cultural na igreja. Os obreiros episcopais precisam reservar-se o tempo e o espaço necessários para as suas próprias orações bem como para o próprio estudo e a própria recreação, dando assim um exemplo de que tanto necessitam todas as pessoas, ordenadas e leigas por igual.

VII. Conclusão

64. A Reforma estava fundamentalmente interessada na apostolicidade da igreja em fidelidade para com o evangelho da graça de Deus em Jesus Cristo, sustentada pela proclamação da Palavra e pelos sacramentos, e recebida na fé. Quanto ao ministério da *episkopé*, as igrejas da comunhão luterana em todo o mundo conservam e desenvolvem formas e práticas para servir à missão divina. A presente declaração articula perspectivas para uma compreensão aprofundada do ministério episcopal e da sua função a serviço de toda a igreja. No entanto, assim como em todos os assuntos, a nossa confiança em última análise não reside no vigor das nossas convicções, na clareza da nossa análise nem na sabedoria do nosso parecer, e sim no Senhor a quem todo ministério é chamado a servir, Jesus Cristo, que com o Pai e o Espírito Santo é digno de louvor eterno.

ANEXO – Etapas que conduziram para a presente declaração

A presente declaração foi se desenvolvendo nas etapas que seguem.

1999

Em 1999, o Conselho da FLM aprovou um programa de estudo para o Setor de Assuntos Ecumênicos sobre “A identidade luterana nas relações ecumênicas”, que se levaria a cabo em cooperação com o Instituto de Pesquisa Ecumênica, de Estrasburgo, França, e com o Departamento de Teologia e Estudos da FLM. Este programa respondia à necessidade de a FLM esclarecer o seu perfil de comunhão em determinadas áreas, e a primeira questão a ser abordada foi “A identidade luterana em relação com o episcopado histórico”.

2000

Em agosto de 2000, realizou-se em Genebra uma consulta sobre “O perfil ecumênico de igrejas luteranas relacionado simultaneamente com igrejas de tradições episcopais e não-episcopais”. Os documentos apresentados constam numa coletânea.

2001-2002

Em 2001 e 2002, realizaram-se reuniões regionais sobre o tema do ministério episcopal, com representantes de igrejas-membro da FLM, em: 1) Columbia, Carolina do Sul, EUA; 2) Oslo, Noruega; 3) São Leopoldo, Brasil, e 4) Budapeste, Hungria. Nestes encontros foi disponibilizado e discutido o documento de estudos da FLM “*Ministry – Women – Bishops*” (Ministério – Mulheres – Bispos), de 1993, que contém passagens significativas sobre o ministério episcopal. Membros da equipe do Setor de Assuntos Ecumênicos também participaram numa conferência de pastores sobre o ministério episcopal organizada pela Igreja Evangélica Luterana de Camarões, em Meiganga. Infelizmente, não foi possível organizar uma consulta regional na Ásia. Nas reuniões do Conselho de 2001 e 2002, o Comitê Permanente para Assuntos Ecumênicos discutiu o projeto.

2002

Em novembro de 2002, realizou-se em Malta uma reunião dos integrantes luteranos das diferentes comissões de diálogo internacionais das quais a FLM é parceira. Antes da reunião, com base em documentos ecumênicos e estudos da FLM sobre a matéria, se havia elaborado uma proposta importante para um posicionamento sobre a compreensão luterana do ministério episcopal. Foram apresentados vários documentos em que se desdobraram questões relacionadas com o tema geral. O texto da proposta foi amplamente retrabalhado, concluindo com a aprovação de uma declaração intitulada “O ministério episcopal na apostolicidade da igreja – Uma declaração luterana, 2002”, documento que logo se chamaria de “Declaração de Malta”.

2003

Na primavera boreal de 2003, foi enviado às igrejas-membro da FLM um caderno com a Declaração de Malta em quatro idiomas, para estudo e reação. O projeto foi mencionado também no relatório que abarca os seis anos até a décima assembléia da FLM sob o título “Como os luteranos entendem o ministério de bispos na igreja”. Também se distribuiu o referido caderno quadrilíngüe a todos os participantes da assembléia.

2004

Em 2004, o Conselho oficialmente tomou conhecimento das reações das igrejas-membro da FLM à declaração e pediu que um pequeno grupo apresentasse um relatório em 2005 sobre possíveis modificações do texto.

2005

Na reunião do Conselho de 2005, foi apresentado um relatório com um panorama completo dos comentários retornados pelas igrejas-membro. O Conselho decidiu acolher este relatório e

pedir que um novo texto fosse desenvolvido com base na Declaração de 2002 levando em conta os comentários recebidos. Para tal efeito, se nomeou um grupo de trabalho constituído pelas seguintes pessoas: Prof. Dr. Joachim Track, do Comitê Executivo da FLM; Prof. Dr. Theodor Dieter, do Instituto de Pesquisa Ecumênica, de Estrasburgo; Rev. Dr. Randall Lee, Diretor de Assuntos Ecumênicos da ELCA, e Rev. Sven Oppegaard, do Setor de Assuntos Ecumênicos da FLM. Antes de concluir a redação, o grupo de trabalho enviou o relatório sobre os comentários recebidos (supramencionado) a todas as igrejas-membro convidando-as a verificar se as suas inquietudes foram consideradas adequadamente. Nenhuma igreja respondeu com comentários adicionais. Ademais, a Declaração de Malta foi enviada aos principais parceiros de diálogo para que a comentassem. Foi recebida uma resposta bem circunstanciada de parte da Comissão Permanente Inter-Anglicana para Relações Ecumênicas (IASCER, sigla em inglês).

2006

À luz dos comentários e das propostas recebidas, o grupo de trabalho redigiu um novo texto a partir da Declaração de Malta. A nova versão também foi consideravelmente ampliada pelo acréscimo de uma seção bíblica, baseada em aportes do Prof. Dr. Turid Karlsen Seim, e de uma seção sobre a igreja primitiva, baseada em observações constantes na resposta da IASCER (ver acima). O novo texto foi apresentado ao Comitê Executivo da FLM, que decidiu recomendá-lo à reunião do Conselho de 2007 em Lund, Suécia.

2007

Em 2007, o grupo de trabalho, em consulta com o Departamento de Teologia e Estudos, realizou mais uma revisão editorial do texto e o apresentou ao Comitê de Programa de Assuntos Ecumênicos, na reunião do Conselho de 2007, realizada em Lund. Paralelamente a esta reunião, foi realizada uma Conferência de Líderes Eclesiásticos da FLM e celebrado o 60º aniversário da FLM. O Comitê de Programa examinou detidamente o texto revisado e acrescentou emendas próprias à luz das propostas recebidas das reuniões regionais e de uma Consulta de Bispos Luteranas, Presidentes e Líderes no Ministério de Supervisão.

Por recomendação do Comitê de Programa para Assuntos Ecumênicos, o Conselho resolveu:

- *agradecer às igrejas-membro pela cooperação no processo que culminou com o texto intitulado “O ministério episcopal na apostolicidade da igreja – Declaração de Lund, da Federação Luterana Mundial – Uma comunhão de Igrejas – Março de 2007”;*
- *expressar reconhecimento e apreço ao grupo de redação por sua participação decisiva na elaboração do texto;*
- *acolher o texto como expressão apropriada e atual da interpretação luterana do ministério de supervisão;*
- *receber o texto como uma declaração de autoria da FLM, e*
- *pedir ao Secretário Geral disponibilizar o texto às igrejas-membro para estudo e recepção nos seus diferentes contextos.*

Notas

¹ DOCUMENTOS ECUMÊNICOS:

Em grande escala, a presente declaração foi redigida usando-se partes de textos aprovados em acordos multilaterais bem como entre luteranos e parceiros ecumênicos em diálogos bilaterais, como relacionados a seguir.

- A. Diversas perspectivas do ministério episcopal em relação com a tradição apostólica da igreja, que então foram acolhidos em documentos ecumênicos, foram apresentados no documento de estudo da Comissão de Fé e Constituição, do Conselho Mundial de Igrejas, em 1982: “Batismo, Eucaristia e Ministério” (BEM).
- B. Dentre os relatórios de diálogos bilaterais com participação luterana em nível internacional, nos seguintes se aborda mais diretamente o tema da presente declaração:

- *The Ministry in the Church*, relatório da Comissão Luterano-Católico Romana, 1982.
- *The Niagara Report*, relatório da Consulta Anglicano-Luterana sobre *Episkopé*, 1987.
- *Church and Justification*, relatório da Comissão Luterano-Católico Romana, 1994.
- *Called to Communion and Common Witness*, relatório do Grupo de Trabalho Luterano-Reformado, 1994.
- *Growth in Communion*, relatório do Grupo de Trabalho Internacional Anglicano-Luterano, 2002.

C. Relatórios de diálogos com participação luterana em âmbito regional nos quais se abordou mais diretamente o tema da presente declaração:

- *The Meissen Common Statement*, da Igreja da Inglaterra, da Igreja Evangélica da Alemanha e da Federação de Igrejas Evangélicas da República Federal da Alemanha, 1988.
- *The Porvoo Common Statement*, das Igrejas Anglicanas Britânica e Irlandesa e das Igrejas Luteranas Nórdicas e do Báltico, 1993.
- *The Reuilly Common Statement*, das Igrejas Anglicanas Britânica e Irlandesa e da Igreja Luterana e Reformada da França, 1997.
- *Called to Common Mission*, acordo de plena comunhão entre a Igreja Episcopal dos EUA e a Igreja Evangélica Luterana da América, 1999.
- *Called to Full Communion*, Declaração de Waterloo, da Igreja Anglicana do Canadá e da Igreja Evangélica Luterana no Canadá, 2001.
- *Communio Sanctorum. Die Kirche als Gemeinschaft der Heiligen*, do Grupo de Trabalho Bilateral da Conferência Episcopal Católico-Romana Alemã e da *Kirchenleitung* (direção eclesial) da Igreja Evangélica Luterana Unida na Alemanha.

² DOCUMENTOS DE ESTUDO ANTERIORES SOBRE O MINISTÉRIO ORDENADO:

Anteriormente, a FLM havia realizado estudos com pertinência direta ao tema da presente declaração. Dos relatórios sobre estes estudos também procedem contribuições significativas para os fundamentos da presente declaração. Os documentos publicados no manual de estudo *Ministry: Women, Bishops*, FLM, Genebra 1993, são:

- *The Lutheran Understanding of Ministry*, 1983.
- *The Lutheran Understanding of the Episcopal Office*, 1983.
- *Women in the Ministries of the Church*, 1983.
- *Report from "Consultation on the Ordained Ministry of Women and Men"*, 1992.

³ Cf. *The Apostolicity of the Church: Study Document of the Lutheran-Roman Catholic Commission on Unity* (Minneapolis, 2007). Part 1.

⁴ Apologia, Artigos VII e VIII (28), in *Livro de Concórdia*, Eds. Sinodal/Concórdia, 1981, p. 182.

⁵ "*Res maxima et necessaria est omnibus ecclesiis ministerium ecclesiae et a deo solo datum et conservatum.*" WA 38, 423, 21-25; LW 543, 124.

⁶ Vejam-se também os comentários de Melanchthon sobre o *Regensburger Buch*, em *Corpus Reformatorum* 4, 367s.

⁷ "Dos Concílios e da Igreja", in *Martinho Lutero – Obras Seleccionadas*, Vol. 3, pp. 300-432, Eds. Sinodal/Concórdia, 1992.

⁸ Ainda que na Confissão de Augsburgo a expressão *de iure divino* seja utilizada unicamente com relação ao poder dos bispos, isso não implica que a função de bispo seja diferente daquela do uno ministério ordenado por mandato divino. CA 28 (5) especifica as áreas onde os bispos têm autoridade por mandato divino ou "de acordo com o evangelho", e as áreas são justamente aquelas para as quais se instituiu o ministério ordenado como tal, isto é, "pregar o evangelho, remitir e reter pecados e administrar e distribuir os sacramentos." (*Livro de Concórdia*, Eds. Sinodal/Concórdia, 1981, p. 56.)

⁹ "Direito e Autoridade de uma Assembléia ou Comunidade Cristã de Julgar toda Doutrina, Chamar, Nomear e Demitir Pregadores – Fundamento e Razão da Escritura, 1523", in *Martinho Lutero – Obras Seleccionadas*, Vol. 7, pp.25-36, Eds. Sinodal/Concórdia, 2000.

¹⁰ Uma antiga tradição da igreja considera Maria Madalena uma "apóstola dos apóstolos" (ver, p. ex., o comentário de Hipólito ao Cântico dos Cânticos [Kommentar zum Hohenlied, ed. G. Nathanael Bonwetsch, Leipzig, 1902, N.F. VIII, 2, XXIV, p. 60]; o Papa João Paulo II, na sua carta apostólica de 1988, "Mulieris Dignitatem", descreve como Maria Madalena chegou a ser chamada "apóstola dos apóstolos", citando Tomás de

Aquino e Rabanus Maurus (cf. Carta Apostólica “MULIERIS DIGNITATEM” do Supremo Pontífice João Paulo II sobre a Dignidade e a Vocação das Mulheres por Ocasião do Ano Mariano. © Libreria Editrice Vaticana).

¹¹ “Do Cativo Babilônico da Igreja”, in *Martinho Lutero – Obras Seleccionadas*, Vol. 2, pp.341-424, Eds. Sinodal/Concórdia, 2000.

¹² Documento final da consulta global da FLM sobre “O Ministério Diaconal nas Igrejas Luteranas”, realizada em São Leopoldo, RS, Brasil, de 2 a 7 de novembro de 2005. As igrejas são desafiadas a reexaminarem a maneira como interpretam e regulamentam o ministério diaconal como parte essencial da sua missão no mundo.

¹³ Os bispos/ obreiros da *episkopé* luteranos têm exercido com frequência uma função deste tipo na esfera pública. Hoje em dia, essa função não vem recebendo suficiente elaboração teológica nem jurídico-eclesial, constituindo, por isso, um desafio pendente no luteranismo.